

## **A liberalização total do sector postal em 2011 não garantirá um serviço universal**

Para a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a nova proposta de liberalização do sector postal mostra a falta de visão conjunta da Comissão Europeia sobre a necessidade dos serviços universais.

Normalmente, dever-se-iam tomar medidas que antecedessem os movimentos de liberalização dos sectores essenciais como o sector postal, afim de preservar a coesão económica e social da União Europeia. Previamente, uma lei-quadro deverá garantir a continuidade da prestação de serviços e de um acesso justo para todos.

O Conselho de Ministros da União Europeia aprovou no passado dia 2 de Outubro, no Luxemburgo, a liberalização total do mercado postal em 2011, sem qualquer indicação clara sobre o financiamento dos serviços postais nas zonas rurais, de montanha e insulares. Até à data, uma zona correio com tarifa protegida até 50 gramas permitia garantir um serviço postal básico a todos os cidadãos a um preço acessível. A CES considera que é imperativo identificar e implementar medidas de financiamento verdadeiramente eficazes para o serviço postal universal, antes de prosseguir com a liberalização total do sector.

Na União Europeia, os serviços de interesse geral necessitam de regras claras para garantir a continuidade de um acesso justo para todos. Tal como outros protagonistas, a CES apresentou um projecto de lei-quadro, proporcionando assim à Comissão uma base de trabalho para a elaboração da sua própria proposta legislativa, que garanta os serviços de interesse geral e preserve os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos. Mas entretanto, e apesar da nossa permanente insistência, a Comissão não formulou qualquer proposta, continuando, pelo contrário, a desmultiplicar-se em propostas de liberalização sectorial, sem ter em consideração um quadro geral que garanta o respeito pelos princípios gerais tais como, a igualdade de acesso, a qualidade de serviços, a equidade de preços, a universalidade, a segurança e a justiça social.

A petição da CES "Por Serviços Públicos de Alta Qualidade e Acessíveis a Todos" conta já com 470.000 assinaturas. A CES pretende, com esta petição, apelar para que a Comissão Europeia proponha um quadro legislativo para os serviços de interesse geral no sentido de assegurar esses serviços e de preservar os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos.